

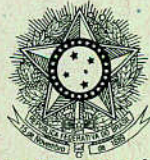


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª REUNIÃO DO CGTIC - 19/02/2014
ATA

1. Novos itens para análise e deliberação

- 1.1. Política corporativa para adoção de software livre
- 1.2. Realização de estudo sobre a execução do Banco de Dados Oracle em plataformas Linux
- 1.3. Relatório do gtSO
- 1.4. Relatório do gtSGBD



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATA DA 1ª REUNIÃO DO ANO DE 2014 DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES – CGTIC-JT

Local: TST – Sala BM-015

Data: 19 de fevereiro de 2014

Horário: 10h00-12h00

No dia 19 de fevereiro de 2014, das 10h00 às 12h00, na Sala BM-015 do Tribunal Superior do Trabalho, ocorreu a 1ª Reunião do Ano de 2014 do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações – CGTIC-JT.

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê: Dr. José Hortêncio Ribeiro Júnior (Presidente, Juiz Auxiliar da Presidência do TST/CSJT), Des. Ricardo Antônio Mohallem (Juiz Auxiliar da Presidência do TST/CSJT), Dr. Lindinaldo Silva Marinho (Juiz do Trabalho da 13ª Região), Maurício Augusto Figueiredo (Secretário de Tecnologia de Informação do TST), Humberto Magalhães Ayres (Diretor de TI do TRT da 18ª Região). Ausente o Sr. Antonio Pereira Lima Júnior (Coordenador de Projetos Nacionais/CSJT).

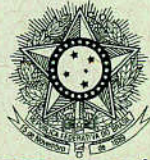
Após agradecer a presença de todos, o Dr. José Hortêncio encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Novos itens para análise e deliberação

1.1. Política corporativa para adoção de software livre.

Encaminhamento CGTIC-JT (1ª Reunião): Encaminhada proposta pela SEIT de elaboração de política corporativa para adoção de softwares livres de forma a desvincular de qualquer fornecedor as aquisições e/ou desenvolvimento de soluções para a Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus.

O CGTIC-JT delibera que os comitês ctGOV, ctINFRA e ctENGSOFT deverão elaborar, em conjunto, uma proposta de minuta de resolução destinada a regulamentar a política de adoção de soluções de TIC que viabilizem maior independência de fornecedores. O resultado do trabalho deve ser submetido para avaliação do CGTIC-JT no prazo de 90 dias.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1.2. Realização de estudo sobre a execução do Banco de Dados Oracle em plataformas Linux

Encaminhamento CGTIC-JT (1ª Reunião): Encaminhada proposta pela SEIT para que sejam realizados os testes necessários e elaborado um parecer conclusivo sobre os ganhos em desempenho, segurança e estabilidade do banco de dados Oracle executando na plataforma Oracle Linux x86, quando comparados com pelo menos duas outras distribuições Linux.

O CGTIC-JT delibera que o ctINFRA submeta, na próxima reunião, uma proposta de projeto para a realização dos estudos técnicos necessários, com sugestão de que os mesmos possam estar concluídos até julho/2014, observado o item 4.4.2 do despacho datado de 24 de julho de 2013 do Processo Administrativo 5032.05/2013-5.

1.3. Relatório do gtSO

Encaminhamento CGTIC-JT (1ª Reunião): Encaminhada ao CGTIC-JT pelo coordenador do ctINFRA o relatório dos estudos visando a padronização do sistema operacional a ser utilizado pelo Sistema PJe, realizado pelo grupo de trabalho gtSO (ATO Nº 258/CSJT.GP.SG.SEIT.COPN, de 15 de agosto de 2013)

O CGTIC-JT delibera que o relatório seja encaminhado à equipe transição para a nova administração possa tomar ciência do mesmo e deliberar acerca dos encaminhamentos necessários em face das conclusões apresentadas.

Delibera ainda pelo início dos trabalhos destinadas ao prosseguimento da licitação sem nomeação de produto, considerados os critérios técnicos definidos pelo estudo realizado pelo gtSO.

1.4. Relatório do gtSGBD

Encaminhamento CGTIC-JT (1ª Reunião): Encaminhada ao CGTIC-JT pelo coordenador do ctINFRA o relatório dos estudos visando a definição do sistema gerenciador de banco de dados a ser utilizado pelo Sistema PJe, realizado pelo grupo de trabalho gtSGBD (ATO Nº 257/CSJT.GP.SG.SEIT.COPN, de 15 de agosto de 2013).

O CGTIC-JT delibera que o relatório seja encaminhado à equipe transição para a nova administração possa tomar ciência do mesmo e deliberar acerca dos encaminhamentos necessários em face das conclusões apresentadas.

Delibera ainda pelo início dos trabalhos destinadas ao prosseguimento da licitação sem nomeação de produto, considerados os critérios técnicos definidos pelo estudo realizado pelo gtSGBD.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1.5. Proposta do ctINFRA de atualização dos equipamentos aceleradores/otimizadores de rede.

Foi discutida no âmbito do Comitê de Infraestrutura a necessidade de atualização dos equipamentos de aceleração de rede utilizado pelos Tribunais Regionais do Trabalho, tendo em vista os ganhos de velocidade oferecidos pela solução.

O CGTIC delibera pelo encaminhamento da demanda à análise do Comitê de Redes, devendo ser apresentado, no prazo de 90 dias, estudo conclusivo quanto à efetividade da ferramenta frente ao tráfego típico entre as varas do trabalho e os TRT, contemplado o custo-benefício da adoção da solução, seja por aquisição de equipamentos ou por contratação do serviço junto à operadora de telefonia. Os TRT da 4ª. Região e da 23ª. Região devem ser consultados, pois já utilizam a solução atualizada.

1.6. Proposta de criação de sites backup para o Tribunais Regionais do Trabalho, conforme recomendações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Foi discutida no âmbito do Comitê de Infraestrutura a proposição de criação de sites backup para o Tribunais Regionais do Trabalho, conforme recentes recomendações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Propõe-se que seja realizado questionamento ao Gartner Group em relação à viabilidade de utilização dos sistemas corporativos da JT em nuvem privada ou sob plataforma centralizada da infraestrutura principal.

O CGTIC delibera pela constituição de grupo de trabalho – gtNUVEM com o objetivo de analisar a proposta de utilização dos sistemas corporativos da JT em nuvem privada ou sob plataforma centralizada da infraestrutura principal, contemplando os aspectos relacionados à governança de TI, infraestrutura, segurança, engenharia de software, negociais e humanos.

1.7. Proposta de apresentação do projeto de TOIP.

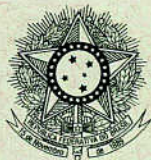
Informado que o gtTOIP concluiu os estudos relacionados à adoção de TOIP no âmbito da JT, e proposto que os resultados sejam apresentados na próxima reunião do CGTIC.

O CGTIC delibera favoravelmente à proposição.

1.8. Proposta de aquisição da sala-cofre do TRT da 6ª. Região.

Encaminhamento CGTIC-JT (15ª Reunião): A partir das informações prestadas o CGTIC-JT manifesta-se por solicitar ao TRT 6ª Região nova revisão da proposta, mantendo na mesma apenas os itens diretamente relacionados ao projeto da solução da sala-cofre, excluindo-se os itens relativos às obras civis e elétricas e demais equipamentos externos à mesma.

4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Apresentado o projeto atualizado destinado à aquisição da sala-cofre do TRT da 6ª Região, com tamanho total de 23 m2 a um custo total de R\$ 3.704.906,00 (três milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e seis reais).

O CGTIC delibera pela aprovação da descentralização de recursos orçamentários em favor do TRT da 6ª Região, no total de R\$ 3.704.906,00 (três milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e seis reais), destinada à aquisição da sala-cofre nos moldes propostos por aquele TRT.

1.9. Proposta de aquisição de equipamentos de áudio e vídeo destinados à elaboração de materiais de capacitação do sistema PJe/JT.

O TRT da 6ª Região solicita recursos orçamentários destinados à aquisição de equipamentos de áudio e vídeo destinados à elaboração de materiais de capacitação do sistema PJe/JT para toda a Justiça do Trabalho, mediante a celebração de acordo de cooperação entre o CSJT e o referido TRT, ao custo total de R\$ 80.937,00 (oitenta mil, novecentos e trinta e sete reais), conforme projeto anexo.

O CGTIC delibera favoravelmente à descentralização de recursos em favor do TRT da 6ª Região, destinados à aquisição de equipamentos de áudio e vídeo destinados à elaboração de materiais de capacitação do sistema PJe/JT para toda a Justiça do Trabalho, condicionada à celebração prévia do acordo de cooperação proposto pelo referido TRT.

1.10. Proposta pela CGPES/CSJT que os investimentos em capacitação relacionados ao PJe/JT sejam custeados com recursos de TI.

O CGTIC delibera no sentido de que toda iniciativa de capacitação esteja alinhada à Política Nacional de Capacitação da Justiça do Trabalho, a ser desenvolvida, remetendo a apreciação do pedido para deliberação posterior.

1.11. Solicitação da Secretaria-Geral do CSJT para que o CGTIC analise e delibere sobre os Atos CSJT.GP.SG n. 43, de 1º de março de 2013 e CSJT.GP.SG n. 44, de 1º de março de 2013.

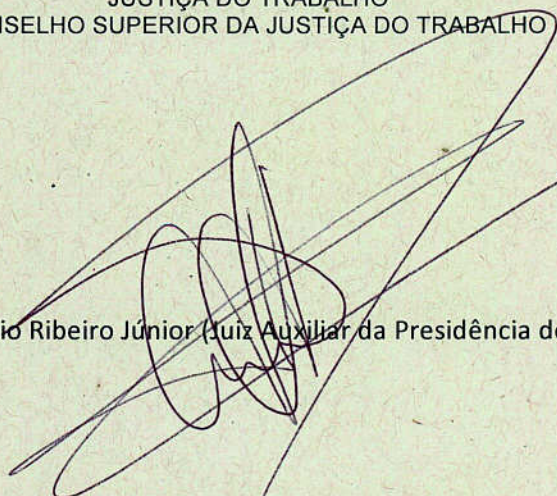
O CGTIC relata que as minutas dos referidos atos foram elaboradas com a anuência do Comitê, estando, por conseguinte, referendados por seus membros.

5

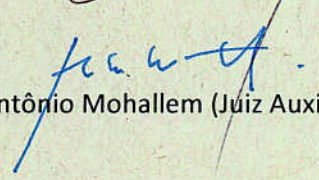


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO


Brasília, 19 de fevereiro de 2014.




Dr. José Hortêncio Ribeiro Júnior (Juiz Auxiliar da Presidência do TST/CSJT)




Des. Ricardo Antônio Mohallem (Juiz Auxiliar da Presidência do TST/CSJT)



Dr. Lindinaldo Silva Marinho (Juiz do Trabalho da 13ª Região)



João Bosco de Barros Freitas (Secretário Especial de Integração Tecnológica do CSJT)



Maurício Augusto Figueiredo (Secretário de Tecnologia de Informação do TST),



Humberto Magalhães Ayres (Diretor de TI do TRT da 18ª Região)